

Quem serão os inquilinos da cidade do Kilamba?

Jornal angolense
16 a 23 de julho de 2011

O “embrião” começou a ser projectado em 2008 e compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de estradas. Este é o retrato fiel da nova centralidade do Kilamba Kiaxi – a “Cidade do Kilamba”. Ela se situa junto ao novo estádio de futebol 11 de Novembro. O projecto é uma parceria público-privada e contempla várias infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e residuais. O único dilema do Kilamba é os critérios de atribuição ou adesão aos apartamentos – “o problema que estamos com ele”.

Segunda-feira, 11 de Julho. O calendário assinala “Dia mundial da população”. A data foi instituída pelas Nações Unidas a 11 de Julho de 1987. Dados disponíveis apontam que até finais deste ano o número de pessoas no mundo vai atingir os 7 biliões. O mundo enfrenta ainda inúmeros problemas, sobretudo, nos países subdesenvolvidos, desde a elevada taxa de mortalidade infantil, da fome e da miséria e da falta de habitação, apesar dos esforços dos governos mundiais. E Angola não está fora desta realidade, daí como que a responder um desses graves problemas – o da habitação o Presidente da República, José Eduardo dos Santos QES, em mais uma jornada de campo o aguardavam para inaugurar a primeira fase da nova centralidade do Kilamba Kiaxi – a “Cidade do Kilamba”. A hora nove era reserva da para a chegada do Chefe do Executivo, mas o ponteiro do relógio era imparável. Volvido algum tempo, a actividade já estava em mais de 50 minutos de atraso. O cenário estava requintado para acolher a cerimónia e como tem sido prática nos últimos tempos, “discípulos” de Bento Bento, o secretário provincial do MPLA em Luanda, entoavam canções a indicar que estão de “mãos dadas” com o executivo. Onze horas. Chegava a “Cidade do Kilamba” o Chefe de Estado. Depois das boas vindas e do discurso de JES, os presentes foram convidados a assistir a um filme sobre as várias facetas do mega projecto habitacional.

São no total três fases, sendo que a primeira consistiu na construção de 115 edifícios, num conjunto de 3.180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada.

Este, é, de facto, um dos projectos diferentes dos já existentes, por comportar, praticamente todos os serviços. A sua conclusão está prevista para Outubro de 2012 e o projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, para além de 50 quilómetros de estradas. Até 2012 serão entregues mais 595 edifícios, num total de 16.822 apartamentos e 198 lojas.

O executivo preconiza que a nova centralidade seja um elo de transição para a nova cidade de Luanda, que segundo o Presidente da República vai se estender até à margem do rio Kwanza.

Uma cidade totalmente moderna, com infra-estrutura e equipamentos sociais, este modelo, segundo o Presidente, vem fazer face à carência habitacional e programar o crescimento urbano do país. A criação da Cidade do Kilamba inscreve-se, pois, na forma moderna de se pensarem as cidades e enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que tem hoje”, disse.

O projecto não fica por aí. As outras províncias não ficaram à margem. O plano contempla mais de cerca de 36 centralidades, com cidades satélites, quatro dos quais já em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte, segundo, anunciou o Chefe do Executivo.

Estas centralidades vão ser também construídas nas províncias do Zaire, Malange, Kuando-Kubango (Menongue), Namibe, Huíla (Lubango), Benguela (Lobito) e Lunda-Sul. A inauguração da cidade do Kilamba visou juntar em presépios de vários ramos de actividade, cujo objectivo pretendeu apresentar os projectos de novas centralidades. “A apresentação dos projectos teve o objectivo de convidar empreendedores a participarem no processo que vem introduzir um conceito

diferente de cidade, não com um, mas com vários centros”, disse o Presidente.

JES anuncia revisão da divisão administrativa

A divisão administrativa de Luanda e Bengo vai ser revista. O anúncio foi feito pelo Presidente da República e, segundo o Chefe do Executivo, vai permitir o surgimento de novas centralidades urbanas naquela parcela do território nacional. “Essa descentralização vai permitir aliviar a pressão sobre o centro antigo de Luanda, melhorar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, dar resposta às necessidades crescentes de habitação e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes”, anuiu.

Na ocasião, o Presidente apelou aos futuros moradores ao civismo, boa conduta e à colaboração, por forma a garantir a conservação e limpeza da nova centralidade. “Que todo este esforço do Estado seja correspondido pela nossa população, que deve adoptar um comportamento adequado a este tipo de habitação e colaborar para se assegurarem a conservação e a limpeza dos seus equipamentos e infra-estruturas”, apelou. No fundo, o se pretende, fazendo fê nas palavras do mais alto magistrado da nação, “é ensaiar um modelo de gestão urbana funcional, simples, racional, transparente e cumpridor das suas atribuições, capaz de encontrar as melhores soluções para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”. Para tal, sugeriu, os quadros que integrarem a futura administração da cidade têm de possuir as competências técnicas necessárias para o bom desempenho das suas funções e também sensibilidade para perceber quais as prioridades e as de cissões mais acertadas, susceptíveis de contribuir para o aumento da eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos.

Depois de discursar, José Eduardo dos Santos visitou a sede da administração do “Kilamba”, alguns dos seus serviços, como por exemplo, o Guiché Único do Imóvel e percorreu os compartimentos de um dos apartamentos. O acto foi presenciado por várias individualidades, alguns governadores províncias, religiosos e outros. Projecto abre esperança para juventude o

ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, considerou a nova centralidade do Kilamba Kiaxi como um ganho para os angolanos e abre uma nova esperança para a juventude. “E sinal de que o Governo está empenhado, em sucessivamente, melhorar as condições dos angolanos. Para o responsável, os apartamentos hora inaugurados são de média e alta renda, mas estão já também em curso outros projectos em todo o país, como por exemplo, o das 110 mil casas e das 200 casas em cada um dos municípios que vai atender a demanda habitacional. “Acho que é um bom sinal”, disse esperançado. Bornito de Sousa explicou que a Cidade do Kilamba pertence ao município de Belas. “O município de Belas terá, certamente, o seu administrador. A Cidade do Kilamba vai ter um administrador, será, mais ou menos, como o presidente da câmara municipal. Tratar dos serviços municipalizados, como a água, a energia, recolha dos resíduos sólidos”, clarificou. Com a nova centralidade, segundo o ministro, se poderá tirar lições para as futuras autarquias. L..., o executivo angolano, em comunicado que tivemos acesso, tornou público esta semana às modalidades de adesão aos projectos habitacionais em excussão no país. Segundo o comunicado, a Política Habitacional do Governo da República de Angola preconiza o aumento gradual da oferta de novos fogos habitacionais para progressivamente satisfazer a sua procura por todos os estratos sociais e níveis de rendimento dos cidadãos. Neste sentido, refere o comunicado, o Governo aprovou o Programa Nacional de Urbanismo e Construção e, através do Gabinete de Reconstrução Nacional, deu início à implementação de projectos de construção de 44.722 fogos habitacionais nas cidades de Luanda, Cabinda e Dundo. Em 2010, de acordo com a nota, a SONANGOL E.P., através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (SONIP), foi mandata da para concluir tais projectos. “O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação inclui igualmente a construção em todo o país de casas económicas, a autoconstrução dirigida e a construção de casas evolutivas para os

cidadãos de menor rendimento, no meio rural e na periferia dos centros urbanos”, lê-se. O documento declara estarem criadas as condições necessárias para que se dê início à comercialização e venda de fogos habitacionais (imobiliário habitacional); fogos comerciais (imobiliário comercial) e terrenos para iniciativas diversas.

Deste modo, de acordo com o comunicado, o mercado imobiliário passa a contar com mais 3.180 novos fogos habitacionais, de um total de 30 mil que serão comercializados até Dezembro de 2012; com 40 lojas comerciais de um total de 240 e com milhares de quilómetros quadrados de terrenos para iniciativas diversas, públicas e privadas, na Cidade de Kilamba e na vila de Cacucaco. Para o efeito, segundo ainda a nota, o Governo adoptou como parte integrante do seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação um Regime Financeiro e de Comercialização, que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancárias e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação.

O referido Regime esta belece critérios mínimos de admissibilidade de acesso à habitação construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que se resumem a ser cidadão angolano, possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria, um contrato de trabalho permanente ou de longo prazo. Mais adiante o documento refere que, o Regime Financeiro e de Comercialização define igualmente o modo como o cidadão poderá ter acesso à aquisição de uma habitação, o modelo de registo da

propriedade dos imóveis e como obter a redução da despesa fiscal e tributária da habitação.

Com efeito, fazendo fé no documento, o Governo presta uma atenção especial ao registo da propriedade dos imóveis, definindo o desenho e o modelo dos documentos e a informatização dos processos de concessão dos títulos de propriedade, com a finalidade de garantir a segurança jurídica do título de propriedade.

Inscreve-se também neste sentido a criação do Guichet Único do Imóvel e a instalação de cartórios locais nas proximidades das novas centralidades, a fim de se aliviar a pressão sobre as conservatórias já existentes, tornando célere o processo de registo e reduzindo a potencial burocratização. “O Governo declara que desenvolverá esforços no sentido do cumprimento escrupuloso do processo de aquisição de habitação, de modo a não permitir e a dissuadir eventuais casos de açambarcamento e de especulação imobiliária, através de práticas comerciais desleais e lesivas ao normal funcionamento das instituições e dos mercados”, lê-se numa das alinhas.

O Governo esclarece, entretanto, que a SONANGOL, EP, através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (SONIP) e a KO RA Angola divulgarão, conforme os seus respectivos programas e estratégia de comunicação, os detalhes sobre a promoção, comercialização e venda de cerca dos 200.000 fogos habitacionais actualmente em construção em todo o país.